

## GUERRA COMERCIAL

# Brasil continua sem acesso à Casa Branca

A dois dias para a taxaçoão dos 50%, não há canal de diálogo com a Casa Branca

» FERNANDA STRICKLAND  
» RAPHAEL PATI  
» ISRAEL MEDEIROS

**A** 48 horas do tarifaço anunciado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sobre os produtos brasileiros, integrantes do governo e senadores tentam, sem sucesso, abrir um canal de negociação com a Casa Branca.

Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reforçou o posicionamento do Brasil ante a imposição unilateral da sobretaxa de 50% sobre produtos nacionais. “Tem de haver uma preparação antes, para que seja uma coisa respeitosa, para que os dois povos se sintam valorizados à mesa de negociação e não haja um sentimento de viralatismo, de subordinação”, disse Haddad, ao falar com jornalistas na portaria do Ministério da Fazenda.

Apesar da tensão, o ministro deixou claro que o Brasil continuará buscando entendimento com os EUA. “O Brasil nunca abandonou a mesa de negociação”, disse. “Acredito que esta semana haja algum sinal de interesse em conversar. Está ficando mais claro o nosso ponto de vista, inclusive para autoridades dos EUA.”

Sobre a data anunciada pelos Estados Unidos para a entrada em vigor das tarifas, Haddad minimizou seu impacto imediato. “Não sei se vai dar até dia primeiro. Mas o que importa não é essa data fatídica. Não é uma data fatídica. É uma data que pode ser alterada por eles, pode entrar em vigor e nós nos sentarmos e rapidamente concluímos uma negociação”, afirmou.

A possibilidade de uma conversa direta entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump foi descartada, por ora, por não seguir o protocolo necessário. “Não é uma questão de sair correndo atrás. É preciso uma liturgia, um protocolo. O presidente Lula representa o povo brasileiro. E respeito à soberania passa por isso.”

Em resposta à crise comercial, o governo federal já estruturou um plano de contingência para reduzir os impactos da medida americana sobre a produção e o emprego no Brasil. De acordo com Haddad, o plano foi apresentado ao presidente Lula, que, segundo o ministro, demonstrou tranquilidade e confiança. “Estamos muito confiantes de que preparamos

Diogo Zacarias



Segundo Haddad, o governo já estruturou um plano de contingência para reduzir os impactos do tarifaço

## » Reunião com governadores cancelada

Uma reunião entre o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, e governadores para discutir a sobretaxa de 50% dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros, que entra em vigor nesta sexta-feira, confirmada para ocorrer na manhã de ontem, foi cancelada, após nomes de peso da direita negarem presença. O encontro foi articulado pelo governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), que coordena o Fórum Nacional de Governadores. Porém, os governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos); do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL); de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo); e do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSD), entre outros, avisaram que não participariam da reunião. Já o chefe do Executivo de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), confirmou presença. Esses governadores têm criticado Lula e a forma como o governo federal está conduzindo a questão com os EUA, uma vez que comandam os estados que mais exportam para os Estados Unidos. Ainda não há uma nova data para a reunião. **(Victor Correia)**

um trabalho robusto para enfrentar esse momento, que é externo e não foi criado por nós. O Brasil vai cuidar das suas empresas, dos seus trabalhadores e, ao mesmo tempo, manter a busca por racionalidade e respeito mútuo.”

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Míd), Geraldo Alckmin, continuou realizando reuniões com setores afetados pelo tarifaço. Ontem, foi a vez de representantes de empresas da área de tecnologia e, segundo Alckmin, a reunião “foi bastante proveitosa”.

Ele tem buscado interlocução com o secretário de Comércio dos EUA, Howard Lutnick, mas também não teve avanços nas conversas. Uma pessoa que acompanha o dia a dia na Esplanada avaliou que o diálogo ganhou tração ao longo dos últimos dias e que o governo ainda “não jogou a toalha”. A assessoria de Alckmin afirmou, oficialmente, que a prioridade do governo continua sendo a negociação geral em torno da tarifa de 50% anunciada por Donald Trump, e não a exclusão de setores específicos, como alimentos e aviões da Embraer.

## Missão de senadores

O grupo de oito senadores governistas e de oposição que viajou aos Estados Unidos para tentar negociar o tarifaço com autoridades do governo Trump encerra, hoje, a missão em Washington sem ter se reunido uma única vez com um representante da gestão do republicano. Os parlamentares não conseguiram uma perspectiva de adiamento do início das novas taxas de 50% sobre produtos brasileiros, que começa nesta sexta-feira. O grupo vai finalizar a passagem pelos EUA da mesma forma que começou: na Embaixada do Brasil na capital norte-americana.

Ontem, foi a vez de os senadores conversarem com congressistas norte-americanos governistas e da oposição. A lista dos parlamentares não foi divulgada. Hoje, após encontro com representantes da Americas Society/Council of the Americas, organização sem fins lucrativos que reúne lideranças da sociedade civil e do setor empresarial, os parlamentares devem fazer um balanço da missão. O foco principal dos senadores era abrir as portas da Casa Branca para a negociação. **(Com informações da Agência Estado)**

# Na Suíça, Motta defende resposta firme

» WAL LIMA

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou, ontem, que o parlamento brasileiro está preparado para reagir às práticas comerciais consideradas discriminatórias contra o Brasil. Ele, inclusive, defendeu uma reação firme do governo brasileiro à sobretaxa dos Estados Unidos de 50% sobre os produtos brasileiros, que deverá entrar em vigor nesta sexta-feira, e destacou a aprovação da Lei da Reciprocidade Econômica como uma resposta institucional às crescentes tensões no comércio internacional.

“Trata-se de uma resposta serena, mas firme, em linha com a nossa profunda preocupação com o uso de medidas comerciais unilaterais para fins protecionistas e para ingerência em assuntos internos de outros países”, afirmou Hugo Motta, em discurso na 6ª Conferência Mundial de Presidentes de Parlamento, ontem, em Genebra, na Suíça.

A fala do presidente da Câmara ocorreu em um momento em que o Brasil tenta negociar com os Estados Unidos a exclusão de produtos nacionais de uma nova tarifa de 50% anunciada pelo presidente Donald Trump para 1º de agosto. Embora o governo federal tenha enviado representantes e senadores em missão oficial ao país, ainda não há acordo formal anunciado.

Motta ainda reforçou o papel da diplomacia parlamentar brasileira em fóruns internacionais, como a 10ª Cúpula do P20, em 2024, e do Fórum Parlamentar do Brics, neste ano, como exemplos do engajamento do Legislativo em ampliar a representatividade do Sul Global.

“Como guardiões da democracia, cabe aos parlamentos construir pontes e não muros. Devemos ser os arquitetos de um futuro em que a razão prevaleça sobre a força e o entendimento substitua a confrontação”, disse.

Motta aproveitou o cenário de instabilidade econômica e geopolítica global para defender a renovação das instituições internacionais e o fortalecimento do multilateralismo. Segundo ele, os desafios atuais exigem “mais diálogo, mais cooperação e mais diplomacia” por parte de governos e parlamentos.

“O mundo vive um contexto de crescentes tensões geopolíticas, intolerância, protecionismo e enfraquecimento do multilateralismo. As instituições precisam se adaptar para serem mais representativas e eficazes para todos os países”, disse. Na ocasião, Motta também destacou que o Brasil pretende demonstrar sua liderança legislativa na agenda ambiental durante a 30ª Conferência sobre Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (ONU), a COP 30, em novembro, em Belém.

## Gleisi pede a cassação de Eduardo Bolsonaro

Platobr Política



O deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que está morando nos Estados Unidos desde março deste ano, admitiu, em entrevista ao SBT, que está atuando para impedir que senadores brasileiros — tanto da base quanto da oposição — encontrem espaço para diálogo com autoridades americanas durante a missão parlamentar que tenta reverter o tarifaço imposto pelo presidente norte-americano Donald Trump. Em resposta, a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, declarou a jornalistas que Eduardo “não tem o direito de continuar deputado”, e disse esperar que a Câmara casse o seu mandato. **(VC e WL)**

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



# Lula vive dilema político: resistir ao tarifaço de 50% ou aceitar humilhação

O governo brasileiro enfrenta, neste momento, um dos mais complexos dilemas da política externa contemporânea: aceitar a humilhação implícita nas exigências políticas do presidente Donald Trump para suspender o tarifaço de 50% sobre produtos brasileiros ou arcar com as consequências econômicas de uma medida punitiva, injusta e de motivação extra comercial.

O retorno do chanceler Mauro Vieira ao Brasil, sem conseguir sequer uma audiência com representantes da Casa Branca, sinaliza o fracasso da última tentativa diplomática de alto nível antes da entrada em vigor das tarifas, prevista para 1º de agosto. O nosso ministro das Relações Exteriores sequer foi recebido pelo secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, um falcão da extrema-direita da Flórida.

O silêncio de Washington revela disposição de confronto e chantagem, não de negociação, como aliás vem anunciando o deputado licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), interlocutor de Rubio e artífice da crise diplomática e comercial. A principal exigência de Trump é a revisão da inelegibilidade e a suspensão do julgamento de Jair Bolsonaro pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A medida já provoca impactos no mercado interno: a retração nas encomendas dos EUA derruba os preços da carne e das frutas no Brasil, o que favorece os consumidores de um modo geral, especialmente os de menor renda, que podem sonhar com a picanha de domingo. Entretanto, como na fábula da cigarra e da formiga, a incerteza sobre o destino das exportações paralisa cadeias produtivas inteiras.

O caso do suco de laranja é emblemático: com quase metade de suas exportações indo para os EUA, o setor alerta para uma crise iminente e anuncia que vai deixar as laranjas apodrecerem no pé. Por outro lado, a alta dos contratos futuros de café pode beneficiar alguns produtores no curto prazo, mas não favorece nossos consumidores nem compensa as perdas estruturais de mercados.

A indústria sofre os efeitos mais agudos: segmentos como autopeças, aviação e eletroeletrônicos enfrentam o risco de ruptura de contratos e paralisa nos investimentos, diante da insegurança jurídica e comercial.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem reiterado disposição de negociar, mas as informações recentes de Washington, segundo diplomatas e a missão parlamentar que viajou para Washington, é de que Trump estaria irritado com declarações e comentários irônicos ou desafiadores de Lula e pretende impor uma humilhação ao presidente brasileiro para começar a conversar.

Há uma dimensão política e ideológica: ao vincular o fim das tarifas à interrupção do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro, Trump rompeu todos os protocolos diplomáticos e expôs a real motivação da medida: pressionar o Brasil a abandonar sua independência institucional e judicial. Trata-se de uma “quase sanção econômica”, travestida de disputa comercial, com objetivo explícito de interferir no funcionamento da democracia brasileira.

## Medidas de emergência

Nesse cenário, o Brasil precisa combinar firmeza institucional e prudência, com uma estratégia de enfrentamento sofisticada, em níveis diplomático, comercial e financeiro. No plano diplomático, acionar a Organização Mundial do Comércio (OMC) e buscar o apoio de parceiros estratégicos — na União Europeia, no Brics e no G20 —, o que não é fácil, diante da natureza extra-comercial da medida americana.

A coalizão com países também afetados, como México e Canadá, pode reforçar o desgaste da Casa Branca, mas nada disso muda o fato de que Trump se lixa para as convenções internacionais: usa seu poder econômico e militar de forma imperial. O ultimato de 10 dias que deu ao presidente da Rússia, Vladimir Putin, para acabar com a guerra da Ucrânia, mostra que quem pode mais, pode menos.

No plano comercial, a diversificação dos mercados torna-se urgente. Produtos como café, carne e minério podem ser redirecionados, em parte, para a China, porém, a preços menores. Entretanto, produtos industrializados, como aviões e autopeças, não encontrarão substitutos fáceis de mercado. Por essa razão, o governo terá de adotar medidas de emergência, como na crise financeira de 2008 e durante a pandemia.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já anunciou que essas medidas estão sendo preparadas e serão indispensáveis para amortecer os impactos sobre a produção e o emprego. Para além da lógica da compensação, o Brasil precisa fortalecer sua soberania produtiva, ampliar o financiamento às exportações com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Novo Banco de Desenvolvimento, o banco do Brics, estimular acordos bilaterais com moedas locais e incentivar a substituição de insumos importados.

A crise tarifária é uma armadilha de Trump, que pretende testar os limites do governo Lula, humilhá-lo publicamente ou empurrá-lo para uma espiral de retaliações que comprometam a recuperação econômica brasileira. Por isso mesmo, o Brasil deve seguir em busca do diálogo, com altivez, dignidade e disposição para negociar.